

MULHERES, CULTURA FÍSICA E PRÁTICAS DECOLONIAIS

WOMEN, PHYSICAL CULTURE AND DECOLONIAL PRACTICES

Eliane Regina Crestani Tortola¹, Ábia Lima de França², Larissa Michelle Lara³

¹Universidade Federal do Paraná, Matinhos-PR, Brasil.

²Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, Brasil.

³ Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil.

A opressão que incide sobre os corpos das mulheres, em suas múltiplas formas, articula-se a uma lógica histórica de dominação sustentada por estruturas coloniais e capitalistas que as invisibilizam em sua agência social. No âmbito da cultura física, essa opressão é constantemente mobilizada para reforçar a centralidade de homens como sujeitos legítimos de práticas esportivas e de lazer, destituindo mulheres desse direito, notadamente aquelas que não se encontram em situação de privilégios, como as negras e as pertencentes às classes trabalhadoras. Assim, incursionar por problemáticas afetas a mulheres diversas e suas experiências nos ambientes da cultura física permite reconhecer e valorizar narrativas plurais, compreendendo-as como produções de conhecimento situadas, corporificadas e atravessadas por relações de poder que podem se configurar como locus de resistência. Abre-se, com isso, espaço para práticas decoloniais capazes de tensionar e reconfigurar dinâmicas de exclusão e silenciamento, possibilitando outras formas de relação com o corpo, com o ambiente e com o coletivo. Conforme observa Paula Viviane Chiés¹, tais práticas não apenas ampliam processos de inclusão, mas também fomentam a construção de uma consciência crítica acerca das desigualdades de gênero e raça que atravessam o esporte e a educação física, ao mesmo tempo em que afirmam modos éticos, sensíveis e interdependentes de habitar o mundo.

Nos últimos anos, debates e estudos relacionados a formas de opressão exercidas contra as mulheres passaram a ter relevância significativa. Como consequência, emergiram preocupações voltadas à interseccionalidade e às violências relacionadas a gênero, sexualidade, classe social, raça/etnia, corpo, saúde, religião e acesso à cultura física (ver, por exemplo, Audre Lorde²; Angela Arruda³; Simone Fullagar *et al.*⁴). Entender como os marcadores sociais de diferença e a colonialidade se entrelaçam nas experiências de mulheres é um exercício necessário para desconstruir padrões eurocêntricos de desempenho, saúde e beleza, bem como para desafiar normas que marginalizam diversos corpos que se desviam do socialmente estabelecido. Como lembra Rita Laura Segato⁵, nas últimas décadas, houve aumento da crueldade contra os corpos de mulheres, particularmente negras, indígenas e minorias que utilizam certas práticas (capoeira, dança, ginástica, entre outras) como formas de resistência cultural e política. Compreender a cultura física como possibilidade de contribuir para que corpos historicamente controlados e objetificados reconheçam formas de opressão – construindo-se como resistência e agência – torna-se uma ação mais do que necessária.

De acordo com a Organização das Nações Unidas Mulheres⁶ – entidade responsável por publicar relatórios sobre o *status* das mulheres e políticas de gênero em todo o mundo – apesar de 30 anos terem se passado desde a 4ª Conferência Mundial sobre Mulheres, realizada em Pequim, no ano de 1995 (evento que estabeleceu um plano progressista para os direitos das mulheres e meninas, globalmente), nenhuma nação ainda alcançou a igualdade de gênero. Embora alguns países tenham avançado em políticas de proteção aos direitos das mulheres –

como leis antidiscriminação e de combate à violência de gênero no Canadá e na Nova Zelândia, e legislações voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil (Lei n. 11.340/2006⁷ e Lei n. 14.994/2024⁸) – muitas lutas diárias ainda persistem.

Enquanto observamos a crescente onda de movimentos feministas em todo o mundo, particularmente na América Latina, com iniciativas como *Ni Una Menos*, na Argentina, e a *Marcha das Margaridas*, no Brasil, testemunhamos simultaneamente retrocessos: a ascensão de políticas de extrema-direita e de narrativas que retratam os movimentos de direitos das mulheres como ameaças aos valores familiares tradicionais; o crescimento do fundamentalismo religioso, que restringe direitos, oportunidades e autonomia de mulheres; a implementação de políticas discriminatórias que impactam diretamente na forma como as mulheres ocupam papéis sociais e protagonismo em diferentes espaços; e o fortalecimento de movimentos e discursos misóginos mediados pelas redes sociais, como o *redpill*, os quais desembocam em diferentes formas de violência contra as mulheres.

Motivada por inúmeros acontecimentos históricos em escala global e, também, por um episódio particular, no Brasil, quando sua efígie foi queimada por uma multidão enquanto participava de um seminário sobre democracia, Judith Butler^{9:06-08} contribui de modo singular com reflexões acerca da violência de gênero. A pesquisadora aciona o termo ‘fantasma’ para falar daquilo que “alimenta as tendências fascistas”, que “busca totalizar o campo social” e instaurar o medo. Entende que várias metáforas foram (e são) utilizadas para retratar o gênero como ‘perigo extremo’ (destruição da vida) e para despertar medos e ansiedades, com velocidade e intensidade, embora sem qualquer coerência ou consistência. Essas metáforas, presentes em matrizes clericais, em debates legislativos voltados às mulheres, no racismo, na colonialidade, entre outros espaços, são o resultado da confluência entre fascismo e políticas antigênero que desrespeitam processos democráticos e formas de existência.

Atualmente, acompanhamos com preocupação a promulgação de leis por governos conservadores que restringem os direitos das mulheres e que adotam políticas para limitar o acesso ao aborto, à saúde (especialmente para pessoas transgênero) e à participação em esportes. Esses eventos refletem o impacto da colonização nas estruturas de gênero e nos direitos das mulheres em várias regiões do mundo, bem como comportamentos fascistas materializados em práticas e discursos que corroem a democracia, exaltam líderes autoritários e promovem exclusão social. Como descreve Maria Lugones¹⁰, a colonialidade de gênero persiste, manifestando-se na interseção de construções de gênero, classe e raça, que são centrais para a manutenção do sistema de poder capitalista global. Nesse contexto, a luta pelos direitos das mulheres hoje é, em muitos aspectos, resistência contra o legado do colonialismo e busca de justa e igual redefinição das relações de gênero em todas as esferas da vida.

O acesso democrático, consciente e corporificado à cultura física – significativamente impactado pela colonização por meio do apagamento de manifestações tradicionais (danças, rituais, jogos, técnicas de combate, entre outras), do capitalismo que molda padrões estéticos e corpos ideais e da valorização dos modelos esportivos europeus brancos e masculinos – representa um dos caminhos para resistir à colonialidade do poder. A mudança desse cenário requer educação e conscientização, revalorização das práticas tradicionais, reconhecimento de culturas, promoção da inclusão e da diversidade, bem como desenvolvimento de infraestrutura acessível a diferentes populações. Esses esforços podem contribuir para criar um ambiente justo e inclusivo que favoreça o acesso de mulheres à cultura física, desafiando o legado colonial.

As reflexões propostas no dossiê *Mulheres, Cultura Física e Práticas Decoloniais* visam promover análises acerca da opressão de gênero, particularmente a vivenciada por mulheres ao acessarem (ou não) diferentes experiências de movimento. Sua organização constitui um dos desdobramentos das ações previstas no projeto de pesquisa ‘Desafios

decoloniais em cultura física: atravessamentos étnico-raciais, de gênero e classe social’, que conta com o apoio do CNPq (Processo nº 407669/2023-0) e a participação em rede de várias/os pesquisadoras/es de Instituições de Ensino Superior brasileiras e internacionais, além de colaboradoras/es atuantes na sociedade civil. O dossiê reúne 10 textos que revelam o engajamento de pesquisadoras/es em denunciar e problematizar as opressões coloniais com o intuito de contribuir para a construção de um cenário justo e inclusivo para o acesso de mulheres e de outros corpos historicamente marginalizados à cultura física, ao mesmo tempo que desafia e tensiona o legado colonial ainda presente nesse campo com vistas a sua superação. Isso se dá num momento de enfrentamento a novos/velhos movimentos que promovem a misoginia, atacam o feminismo e pregam a suposta superioridade masculina (como a chamada ‘machosfera’ e seus desdobramentos, que transformam o ódio em produto digital para desumanizar e oprimir mulheres). Muitas vezes, essa lógica de violência simbólica desemboca em sua forma mais extrema: o feminicídio. Como lembra Angela Davis^{11:55}, “[...] a violência contra a mulher é a forma mais pandêmica do mundo”, haja vista que ela se ramifica e se interconecta rapidamente com diferentes contextos e estruturas sociais, econômicas e políticas.

Os artigos que compõem o dossiê contam com a participação de pesquisadoras/es do Brasil (em sua maioria), da Malásia e da Espanha. Os textos são vibrantes e contribuem com o debate acadêmico ao acionarem diferentes contribuições teóricas e práticas que problematizam experiências de mulheres, propondo estratégias de intervenção por meio de projetos e perspectivas para a superação do estado de opressão e colonialidade que as afeta. Os textos transitam por distintas perspectivas teóricas e empíricas, ancoradas em uma ótica decolonial, e apresentam reflexões, desafios e experiências de (re)existências que contribuem para a desconstrução de padrões eurocêntricos impostos na cultura física e para além dela. Ao questionarem normas que marginalizam corpos diversos e os excluem da ampla cultura física, essas publicações apontam caminhos possíveis de resistência à colonialidade do poder, do ser e do saber, ancoradas em experiências singulares e historicamente situadas.

Decolonizando a cultura física das mulheres: estratégias de comunicação para o fitness contemporâneo entre mulheres muçulmanas é o manuscrito desenvolvido por Zaffira Firzana Zaffri, Nurul Hidayah Mat, Rabiun Mua’zu Musa, Fanora Mat e Radhiah Ismail, pesquisadoras vinculadas à Universiti Malaysia Terengganu. As autoras nos convidam a refletir acerca das experiências de condicionamento físico de mulheres muçulmanas malaias a partir de negociações entre autonomia corporal, rotinas de oração, comportamentos, expectativas comunitárias, vestimentas e mídia digital, as quais desafiam normas ocidentais centradas no individualismo, na performatividade e na estética. As autoras entendem que decolonizar a cultura física de mulheres muçulmanas implica reconhecer epistemologias diversas, valorizar práticas informadas pela fé e promover metodologias participativas que priorizem as vozes das próprias mulheres em contextos socioculturais locais, ampliando o seu acesso a espaços *fitness* seguros e culturalmente responsivos.

O artigo de Angelita Belo, *Ecofeminismo na formação docente: corpos, gênero, cuidado e justiça socioambiental na educação escolar*, apresenta uma narrativa autobiográfica voltada aos efeitos formativos de uma experiência vivenciada no Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais, na Universidade Federal do Paraná, especialmente no contexto da disciplina Ecofeminismo: Mulher, Meio Ambiente e Ética do Cuidado. A autora mobiliza a escrita de si como estratégia metodológica, articulando experiência e elaboração teórica para analisar como a formação ecofeminista pode provocar deslocamentos na compreensão da docência e da Educação Ambiental. Nesse percurso, o texto estabelece um diálogo entre ecofeminismo, interseccionalidade e Educação Ambiental Crítica, evidenciando que a exploração da natureza e a opressão das mulheres se sustentam em

estruturas patriarcais, capitalistas e coloniais, com impactos mais intensos em mulheres negras, indígenas e periféricas. Ao aproximar as reflexões de Vandana Shiva de contextos brasileiros, o trabalho também destaca práticas de cuidado e de preservação da terra desenvolvidas por mulheres em comunidades indígenas, quilombolas e rurais, apontando para a necessidade de ressignificar a prática docente.

O texto produzido por Tatiane Viana Figueiró e Eliane Regina Crestani Tortola, sob o título *Corpo, cuidado e resistência na docência: uma leitura ecofeminista e autoetnográfica*, buscou compreender como corpo, cuidado e lazer são dimensões negligenciadas na trajetória docente, revelando tensões entre o cotidiano escolar e os condicionantes sociais que atravessam a vida das mulheres. Por meio da escrita autoetnográfica, na qual se revisita a trajetória de uma das autoras como mulher, mãe, educadora e caçara, torna-se evidente que corpo, cuidado e lazer são sistematicamente invisibilizados na experiência das mulheres, especialmente entre docentes. Nesse contexto, ensinar emerge como um ato de coragem, materializado em gestos cotidianos de resistência e cuidado. As autoras concluem que o sofrimento feminino possui caráter estrutural e que o feminismo nos convoca ao reconhecimento do próprio valor e ao rompimento do silêncio imposto pela lógica patriarcal, capitalista e colonial, responsável por explorar simultaneamente as mulheres e a natureza.

Simone Rechia, no artigo *Lazer como resistência urbana e prática decolonial: experiências de mulheres na cidade*, brinda-nos com o compartilhamento de vivências corporais e culturais de mulheres ao investigar como o lazer pode se constituir como resistência urbana e prática decolonial. A experiência da autora – traduzida por meio de uma perspectiva feminista e decolonial – agregou rodas de conversa com mulheres, encontros em cafés, participação em feiras, aulas de dança e yoga com o intuito de ampliar sua circulação no espaço urbano, promover a ocupação de espaços de lazer por elas e estimular a redescoberta do corpo e a construção de autonomia. A autora entende o lazer como resistência urbana e como linguagem estética e política capaz de desestabilizar colonialidades e normas de gênero, bem como potencializar o direito das mulheres à cidade. Nessa direção, avalia que a experiência desenvolvida com mulheres é formativa e política, capaz de ressignificar o cotidiano delas por meio do compartilhamento de saberes, bem como estimular sua presença e participação em espaços públicos.

O artigo de Gabriella Gonçalves Mendes da Silva, Jucimeire Rocha Macêdo e Larissa Michelle Lara, nominado *Mulheres em círculo de cultura física: corpos, narrativas e práticas decoloniais*, apresenta o projeto desenvolvido com mulheres em uma realidade local a partir da perspectiva teórico-metodológica do círculo de cultura física, inspirada no círculo de cultura, de Paulo Freire, em diálogo com o debate decolonial e a abordagem dos estudos culturais físicos. Por meio desse projeto, desenvolvido em um centro esportivo na cidade de Maringá-PR, foram construídas experiências singulares, empoderadoras e emancipadoras que oferecem subsídios para o enfrentamento da colonialidade e para a reafirmação do corpo como território de cuidado, produção de saberes e transformação social. Além de entender como as mulheres são atravessadas por raça/etnia, gênero e classe social, e identificar as dificuldades que elas enfrentam no acesso à cultura física, o artigo contribui com o registro de experiências corporificadas que ilustram possibilidades de materializar círculos de cultura física em outros tempos e espaços.

Vitor Hugo Marani e Ábia Lima de França, em *Capoeira e círculo de cultura física: gingas decoloniais na educação física*, mostram como a capoeira pode ser integrada à Educação Física escolar por meio da metodologia do círculo de cultura física, contribuindo para uma educação crítica comprometida com a decolonialidade e a valorização do conhecimento afro-diaspórico. A autoria empregou uma metodologia exploratória e qualitativa, apresentada como

um relato de experiência baseado em reflexões e práticas desenvolvidas no contexto educacional brasileiro. A discussão principal gira em torno de como a capoeira, quando articulada a essa metodologia, transcende as abordagens técnicas, permitindo sua compreensão dentro de relações de poder social amplas, como pedagogia decolonial. Essa abordagem apresenta críticas à modernidade e à colonialidade do conhecimento com vistas à dignidade, pluralidade e justiça social. O estudo propõe um diálogo profundo que reflita a perspectiva decolonial, que enfatize a importância de se questionar e desafiar as hierarquias e que incentive reflexões críticas acerca das dinâmicas de poder que moldam nossas sociedades.

O estudo *Mapeamento das interações em postagens de mulheres jornalistas esportivas nas mídias sociais: ainda existe um teto de vidro?*, desenvolvido por Gabriela Ferreira de Mello, Gustavo Piana Passos da Silva, Maria Fernanda de Mello, Ana Paula Cabral Bonin Maoski e Mayara Torres Ordonhes, propõe-se a identificar a natureza das interações entre jornalistas esportivas femininas nas mídias sociais, especificamente em relação às postagens de mulheres na primeira rodada da Copa do Mundo de Clubes da FIFA de 2025. A autoria revela que embora as mulheres estejam cada vez mais presentes no jornalismo esportivo, elas enfrentam hostilidade significativa e violência simbólica, particularmente em plataformas institucionais, indicando que a equidade de gênero permanece inalcançada. A autoria faz referência a trabalhos que discutem o papel das mulheres nos esportes e na liderança, e aos desafios enfrentados por jornalistas do sexo feminino ao refletirem esse fenômeno não apenas como um simples ‘teto de vidro’. Essas análises evidenciam a necessidade urgente de promover um ambiente mais inclusivo e igualitário para as mulheres, especialmente no contexto do esporte e da cultura física.

Em *Pesquisa feminista e autoestudo colaborativo: caminhos decoloniais na educação física*, Mariana Zuaneti Martins, Isabela Moreira Sant’Anna e Maria Eduarda Erlacher Figueiredo abordam a pesquisa feminista e decolonial em educação física a partir do autoestudo colaborativo como método para lidar com a exclusão de corpos marginalizados, particularmente, de meninas. O estudo foi conduzido em escolas públicas do Espírito Santo, no Brasil, envolvendo engajamento direto com estudantes e foco em práticas inclusivas que valorizam as vozes das crianças. Ao defenderem uma mudança de abordagens centradas no professor para abordagens centradas nas/os alunas/os, as autoras promovem o engajamento ativo e o diálogo na sala de aula, enfatizando a importância de reconhecer a dinâmica de poder em ambientes educacionais para promover a confiança e o apoio crítico entre as/os educadoras/es. O estudo evidencia três dimensões fundamentais: o deslocamento da centralidade docente por meio da escuta dos/as estudantes, a desnaturalização de padrões de gênero e visibilização de desigualdades sutis, e a criação de espaços de empatia e apoio em contextos de precarização.

O artigo de João Paulo Marques e Leandro Teófilo de Brito, intitulado *Pedagogias das masculinidades nas práticas corporais: diálogos possíveis entre estudos discursivos e decoloniais*, analisa dispositivos discursivos e pedagógicos que operam na produção de masculinidades em práticas corporais vinculadas ao campo da educação física. A partir da articulação de estudos discursivos foucaultianos e abordagens decoloniais, os autores adotaram uma atitude crítica arqueológica para examinar as relações históricas entre práticas, discursos e poder. Os autores entendem que a normalização dos corpos masculinos e dos modos de ser homem está intrinsecamente associada à produção da diferença colonial, evidenciando como as normas de gênero, raça e sexualidade atravessam as práticas corporais. Dessa forma, ao dialogar com agendas oriundas do campo político feminista e dos estudos de gênero, os autores defendem a construção de fissuras, deslocamentos e formas de resistência capazes de

ressignificar a educação física como espaços de contestação, pluralidade e invenção de outras masculinidades.

Misoginia e empobrecimento cultural: os efeitos educativos da violência simbólica contra as mulheres na mídia esportiva, de Paula Bianchi, Irene Moya-Mata, Helena Altmann e Ruth Cabeza-Ruiz, analisa a representação do esporte feminino na mídia impressa espanhola com o objetivo de identificar formas de exclusão e violência simbólica no tratamento midiático de mulheres atletas. As autoras verificaram a baixa presença do esporte feminino em manchetes e capas de jornais esportivos na Espanha, bem como diferentes formas de violência simbólica e estereótipos de gênero associados ao material analisado – incluindo tratamento discriminatório, infantilização, objetificação, invisibilidade e abordagem sensacionalista – que perpetuam o modelo esportivo androcêntrico. Argumentam que a carência de uma cobertura midiática consistente do esporte feminino limita o conhecimento público da cultura esportiva e a formação das identidades de meninas e adolescentes. Defendem a inclusão desse debate na escola com vistas a promover uma leitura crítica das mensagens veiculadas pela mídia e fortalecer a resistência às múltiplas formas de discriminação que atingem as mulheres no contexto esportivo.

Os artigos que compõem este dossiê, em seu conjunto, revelam a potência de temas e emblemáticas capazes de fomentar debates críticos e interdisciplinares no campo dos estudos de gênero, feminismos, corpos, esporte, lazer e educação. As produções aqui reunidas problematizam questões relacionadas à cultura física de mulheres muçulmanas e de mulheres diversas em projetos sociais; ao direito de mulheres ao lazer, ao esporte e à cidade; à formação ecofeminista; à produção de masculinidades e suas interfaces com os feminismos; ao sexismo presente na mídia esportiva; às perspectivas decoloniais na educação física e nas práticas corporais; bem como à crítica às hierarquias de poder que historicamente marginalizam saberes afro-diaspóricos. Além disso, os textos evidenciam a persistência da violência simbólica, das desigualdade de gênero e das múltiplas formas de exclusão nos contextos esportivos, educacionais e midiáticos, ao mesmo tempo em que anunciam possibilidades de resistência, transformação e reexistência. Neles, destacam-se a valorização de metodologias colaborativas, a escuta sensível, a construção de práticas pedagógicas inclusivas, críticas e socialmente comprometidas com a justiça social, a equidade, o reconhecimento das diferenças e a transformação das relações de poder.

Esperamos que esta produção coletiva possa instigar novas pesquisas, práticas e diálogos críticos de modo a contribuir para a ampliação do campo da cultura física como espaço de reconhecimento das diferenças, de contestação das desigualdades e de afirmação das lutas de mulheres (e demais identidades subalternizadas) em direção à justiça social. Almejamos que os debates aqui reunidos possam ecoar para além das páginas deste dossiê, constituindo-se como um convite ético, político e epistemológico ao enfrentamento do medo, dos silenciamentos e das violências que atravessam corpos e existências. O intuito é fortalecer processos de transformação comprometidos com a valorização de corpos plurais, saberes diversos e experiências que desafiem o patriarcado, o racismo, a cisheteronormatividade e outras formas de opressão. Afinal, como lembra Judith Butler^{9:09}, “a tarefa que se apresenta diante de nós é tentar compreender essa escalada cada vez mais acelerada e essa combinação de perigos potenciais e literais, e questionar como podemos combater um fantasma desse tamanho e intensidade [...]”.

Ao reunir vozes, experiências e perspectivas múltiplas, este dossiê faz o chamamento para uma prática corporificada, historicamente situada e empoderadora no âmbito da cultura física. Inscreve-se como um convite à construção e reconstrução de histórias de mulheres em suas relações com a cultura física, compreendida aqui em sua miríade de expressões

comunitárias, resistentes, democráticas, transgressoras, afetivas, antifascistas e poéticas, materializadas, notadamente, como práticas decoloniais, de liberdade e de afirmação da vida.

Referências

1. Chiés PV. Decolonialidade e esporte: mulheres negras na linha de chegada! *Corpoconsciência*. 2024;28:e17217. DOI: <https://doi.org/10.51283/rc.28.e17217>
2. Lorde A. Não existe hierarquia de opressão. In: Hollanda HB de, organizadora. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* [Internet]. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; 2019 [citado em 2026 maio 20]. p. 241-243. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista_-conceitos-fundamentais-bazar-do-tempo-2019.pdf
3. Arruda A. Feminismo, gênero e representações sociais. In: Hollanda HB de, organizadora. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto* [Internet]. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; 2019 [citado em 2026 maio 20]. p. 315-331. Disponível em: https://nenp.ufms.br/files/2024/09/Heloisa-Buarque-de-Hollanda-Pensamento-feminista-brasileiro_-formacao-e-contexto-Bazar-do-Tempo-201.pdf
4. Fullagar S, Rich E, Pavlidis A, van Ingen C, organizadoras. *Transforming sport and physical cultures through feminist knowledges*. London: Routledge; 2021. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003165798>
5. Segato RL. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cad CES*. 2012;(18):106-131. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>
6. ONU Mulheres. *Women's rights in review: 30 years after Beijing*. Nova York: UN Women; 2025. DOI: <https://doi.org/10.18356/9789211071771>
7. Brasil. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Presidência da República; 2006 [citado em 2026 maio 18]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
8. Brasil. Lei n. 14.994, de 9 de outubro de 2024. Dispõe sobre o feminicídio como crime autônomo. Brasília: Presidência da República; 2024 [citado em 2026 maio 18]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14994.htm
9. Butler J. *Quem tem medo do gênero?* Candiani HR, tradutora. São Paulo: Boitempo; 2024.
10. Lugones M. Rumo a um feminismo descolonial. *Rev Estud Fem*. 2014;22(3):935-952. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>
11. Davis A, Collins PH, Federici S. *Democracia para quem?: ensaios de resistência*. São Paulo: Boitempo; 2023.

Agradecimentos: Este trabalho recebeu apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por meio do projeto “Desafios decoloniais em cultura física: atravessamentos étnico-raciais, de gênero e de classe social” (Processo nº 407669/2023-0). Nosso agradecimento especial às autoras e aos autores que integram este Dossiê, cujos manuscritos relacionados a mulheres, cultura física e desafios decoloniais contribuem diretamente com reflexões profícuas e desafiadoras.

CRediT authorship contribution statement

Eliane Regina Crestani Tortola: Conceptualization; Writing – original draft; Writing – review & editing.

Ábia Lima de França: Conceptualization; Writing – original draft; Writing – review & editing.

Larissa Michelle Lara: Conceptualization; Project administration; Writing – original draft; Writing – review & editing.

ORCID

Eliane Regina Crestani Tortola: <https://orcid.org/0000-0003-0588-2471>

Ábia Lima de França: <https://orcid.org/0000-0002-3087-0731>

Larissa Michelle Lara: <https://orcid.org/0000-0001-9210-6360>

Editor: Carlos Herold Junior

Recebido em 01/06/2026.

Revisado em 19/06/2026.

Aceito em 21/06/2026.

Autora para correspondência: Elia Regina Crestani Tortola. E-mail: elianetortola@ufpr.br